

## **Estratégia política e processos de democratização social na sociedade brasileira: considerações a partir das noções de lógica de equivalência e de lógica da diferença**

**Frederico Alves Costa<sup>1</sup>**

### **Resumo**

Este trabalho tem por objetivo analisar dificuldades e possibilidades de ampliação de direitos democráticos no Brasil, a partir da utilização das noções de lógica da equivalência e de lógica da diferença propostas por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. O trabalho é resultado de uma pesquisa que focou a análise de estratégias de luta de diferentes movimentos sociais que atuam no Brasil, bem como formas de resistência da hegemonia a alternativas de objetividade social no contexto histórico do segundo mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Para tanto, realizou-se um diálogo entre posicionamentos de diferentes movimentos sociais (a partir de entrevistas com representantes de alguns grupos e de documentos produzidos por estes grupos) e conceitos propostos pela teoria do discurso desenvolvida por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. As noções de lógica da equivalência e de lógica da diferença são utilizadas neste trabalho a fim de compreender (im)possibilidades de articulação entre demandas políticas de diferentes movimentos sociais e suas implicações para a luta política, e também dificuldades de construção da luta política a partir de modos da hegemonia se manter sedimentada. Importante considerar que o governo Lula localizou-se no interior de uma ambiguidade que instiga a análise dos processos hegemônicos: por um lado, a vinculação histórica entre movimentos sociais e o Partido dos Trabalhadores acarretou expectativas relativas à conquista de demandas políticas pelos movimentos sociais durante o governo Lula; por outro lado, estratégias hegemônicas foram construídas a fim de enfraquecer a radicalidade contra-hegemônica dessas demandas políticas, de modo que ações do governo foram produzidas em favor de um projeto político antagônico ao defendido por esses movimentos sociais. Diante da análise dessa complexidade que esse trabalho pretende contribuir com o debate sobre mobilizações sociais e expansão de direitos democráticos no Brasil contemporâneo. Palavras-chave: lógica da equivalência; lógica da diferença; estratégia política; movimentos sociais; governo Lula.

---

<sup>1</sup> Pós-doutorando (PNPD/CAPES) e professor no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas.

A discussão apresentada remete-se a trabalhos publicados anteriormente (Costa, 2010; Prado & Costa, 2011) e em processo de publicação e baseia-se em entrevistas realizadas no ano de 2009 (final do segundo mandato do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva) junto a diferentes movimentos sociais que atuavam na cidade de Belo Horizonte<sup>2</sup>.

O objetivo é discutir dificuldades e possibilidades de ampliação de direitos democráticos no Brasil, a partir da utilização das noções de lógica da equivalência e de lógica da diferença propostas por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Esta discussão está circunscrita ao contexto do segundo governo Lula, mas traz implicações para pensarmos o contexto político atual.

Inicialmente, apresentaremos de forma breve as noções de lógica da equivalência e de lógica da diferença no interior da perspectiva teórica de Ernesto Laclau e de Chantal Mouffe. Posteriormente, discutiremos a construção de uma cadeia de equivalência que caracterizou o governo Lula e outros aspectos abordados pelos entrevistados e que possuem implicações para a compreensão das articulações entre diferentes demandas democráticas.

### **Lógica da diferença e lógica da equivalência: contribuições de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe para a análise de estratégias políticas**

A proposta de democracia radical e plural construída por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe no terreno da crítica a essencialismos, tanto no que tange aos sujeitos quanto no que se refere à sociedade e ao seu desenvolvimento histórico, coloca em

---

<sup>2</sup> Foram entrevistados representantes do movimento feminista (Marcha Mundial das Mulheres - MMM), do movimento negro (Negras Ativas - NA), do movimento camponês (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST), do movimento sindical (Central Única dos Trabalhadores - CUT), do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) e da Brigadas Populares (BP). Além disso, foram entrevistadas a secretária da Assembleia Popular Metropolitana de Belo Horizonte (AP-MBH) e a vice-presidente "Trans" da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT).

evidência a importância da análise política centrar-se no caráter contingente, antagônico e precário da constituição dos sujeitos e da ordem social.

Sendo os sujeitos e a sociedade vazios de qualquer significado a priori que os determine, só podem ser nomeados a partir de articulações discursivas contingentes, construídas no interior de um contexto histórico específico. Articulações que se constituem na disputa antagônica pela própria definição do social e, assim, pela formação discursiva que possibilitará sentido à realidade.

O caráter antagônico desta disputa significa que “a totalidade discursiva não existe nunca na forma de uma simples positividade *dada e delimitada*” (Laclau & Mouffe, 1985, p. 110, tradução nossa), não havendo nada que a determine de antemão. Uma formação discursiva constitui-se a partir de uma delimitação decorrente de uma relação de negatividade com discursos que lhe são exteriores, os quais ao mesmo tempo que impedem sua realização plena, possibilitam sua única condição de se afirmar como “positividade” (objetividade). O antagonismo é o elemento definidor do político, constituindo “os limites da sociedade, a impossibilidade última de sua constituição plena” (Laclau & Mouffe, 1985, p. 125, tradução nossa).

Nesse sentido, as relações de poder, a constituição de fronteiras políticas, são constitutivas da dinâmica social, sendo os sujeitos e a sociedade nomeações precárias, atravessadas por deslocamentos e subversões no interior dessa lógica discursiva que impedem que qualquer objetividade social alcance sua plenitude. O que confere sentido à afirmação de Laclau e Mouffe (1985) que a sociedade é impossível, sendo sua sedimentação decorrente de um processo hegemônico, isto é, de um esforço para construir a totalidade sempre impossível, pois constituída a partir da exclusão de outras alternativas discursivas existentes.

No interior desta dinâmica discursiva que podemos compreender a concepção de Laclau (1993) sobre política e a distinção entre sujeito e posição de sujeito:

“Política” é uma categoria ontológica: existe política porque existe subversão e deslocamento do social. O que implica que *todo* sujeito é, por definição, político. À parte do *sujeito*, neste sentido radical, somente existem *posições de sujeito* no campo geral da objetividade. Mas o sujeito, no sentido que o entendemos neste texto, não pode ser objetivo: ele somente se constitui nas bordas deslocadas da estrutura. Explorar o campo da emergência do sujeito nas sociedades contemporâneas equivale, por fim, a explorar os vestígios que

a contingência tem inscrito nas estruturas aparentemente objetivas das sociedades em que vivemos. (p. 77, tradução nossa)

Desse modo, se as posições de sujeito remetem-se a “momentos” localizados no interior de uma ordem social, os sujeitos constituem-se, através da subversão da ordem social hegemônica. Essa caracteriza-se pela desconstrução da ordem social hegemônica, revelando seu caráter contingente e precário, ao mesmo tempo em que se constitui uma articulação discursiva alternativa também contingente e precária, pois constituída numa relação antagônica, na qual os sujeitos passam a integrá-la novamente como posições de sujeito.

Nesse terreno pós-fundacionalista de análise, concebe-se o descentramento do social e, portanto, a possibilidade de uma pluralidade de sujeitos, a partir da subversão de diferentes lócus da formação social hegemônica. A lógica da diferença e a lógica da equivalência permite-nos compreender a estruturação desse espaço político. Enquanto “a lógica da equivalência é uma lógica da simplificação do espaço político” (Laclau & Mouffe, 1985, p. 130, tradução nossa), possibilitando uma condensação entre demandas de diferentes sujeitos políticos; a lógica da diferença é a lógica de expansão e complexidade do espaço político, isto é, de proliferação de demandas isoladas que podem vir a se articular em uma cadeia discursiva de equivalência.

Laclau (2005) nomeará as demandas isoladas, construídas por cada um dos sujeitos, como demandas democráticas. Essas podem, inclusive, serem incorporadas no discurso hegemônico, sendo invisibilizado seu caráter antagônico, reduzindo-as a sua dimensão da diferença. Nesse caso, a construção da luta política caracteriza-se pela lógica da diferença.

Entretanto, como as demandas democráticas emergem a partir daquele processo de subversão e, portanto, da relação de negatividade com um discurso exterior, faz-se possível que demandas de diferentes sujeitos articulem-se na construção de um projeto contra-hegemônico, ou como nomeia Laclau (2005), transformem-se em demandas populares. O que significa que, apesar de distintas, constroem-se como equivalentes no que tange a relação de opressão, sendo a luta política constituída em torno da lógica da equivalência.

Essa articulação, é importante ressaltar, é possível não em razão de conteúdos positivos que os sujeitos compartilham, mas da delimitação de uma fronteira política construída negativamente contra a ordem social hegemônica que

nega a possibilidade de existência de todos eles. Ademais, a construção da luta política em torno da lógica da equivalência não implica o fim da particularidade de cada uma das demandas democráticas, mas a redefinição da identidade de cada um dos sujeitos, pois a equivalência depende da articulação dos diferentes sujeitos em torno de um significante que possibilite preencher (de modo sempre precário) a plenitude ausente na hegemonia.

Esse significante funciona como um “ponto nodal” (Laclau & Mouffe, 1985) ou, como Laclau nomeará posteriormente, como um “significante vazio” (Laclau, 1993; 2005). Ele representa a plenitude ausente na hegemonia, abrangendo a heterogeneidade das demandas democráticas e diminuindo as possibilidades de significação do social, convertendo-se no fundamento da objetividade social, sempre precária por ser contingente e existir numa relação de poder.

A lógica da equivalência, deste modo, acarreta, segundo Laclau (2005), uma tensão entre a autonomia e a subordinação de cada uma das demandas que constituem a cadeia de equivalência:

a inscrição equivalencial tende a dar solidez e estabilidade às demandas, mas também restringe sua autonomia, já que estas devem operar dentro de parâmetros estratégicos estabelecidos para a cadeia como um todo. [...]. A cadeia somente pode viver dentro da tensão instável entre estes dois extremos, e se desintegra se um deles se impõe totalmente sobre o outro. A unilateralização do momento da subordinação transforma os significantes populares em uma essência [*entelequia*] inoperante incapaz de atuar como um *fundamento* para as demandas democráticas. (...) Por outro lado, a autonomização, mais além de certo ponto, conduz a uma lógica pura das diferenças e ao colapso do campo equivalencial popular (p. 163-164, tradução nossa, itálico no original).

A partir das noções de demanda democrática, demanda popular, lógica da diferença e lógica da equivalência que discutiremos a construção de uma cadeia de equivalência no governo Lula e outros aspectos apontados pelos entrevistados dos diferentes movimentos sociais investigados, que trazem implicações para a construção da articulação entre demandas democráticas.

## **Movimentos sociais, governo Lula e a articulação entre demandas democráticas**

### ***O governo Lula e a construção de uma cadeia de equivalência alternativa***

A chegada do Partido dos Trabalhadores à presidência da República produziu divergências entre e internas aos movimentos sociais em relação à proximidade com o governo Lula. O que queremos ressaltar na discussão é que essas divergências emergiram num contexto de construção em torno do PT e de Lula de uma cadeia de equivalência alternativa (a qual chamaremos “lulismo”) ao Projeto Democrático Popular, construído, segundo alguns entrevistados, em torno do PT, na década de 1980, no qual se articulavam diferentes movimentos sociais. Essa cadeia alternativa foi constituída através da articulação entre demandas democráticas presentes no Projeto Democrático Popular e demandas democráticas presentes num campo político de “direita” antagônico a esse projeto. Condição que acarretou a quebra de expectativas dos movimentos sociais, mas, ao mesmo tempo, dificuldades desses criticarem o governo, pois tinham o PT como um aliado histórico e o receio que as críticas acabassem por fortalecer a “direita” no país.

Após governos marcadamente neoliberais desde a redemocratização do Brasil, cabendo destacar os governos Fernando Henrique Cardoso e o sucateamento das políticas sociais neste período, e do histórico da participação do PT junto a lutas por direitos sociais, no início do governo Lula movimentos sociais buscaram se aproximar e apoiar o governo:

o que que acontece né com o Lula: há uma é... todo mundo se aglutinava um pouco em torno do projeto que representava o PT e a figura do Lula assim né. Então para os movimentos sociais, a esquerda toda se aglutinava em torno disso, e aí eu acho que com o governo chegando, o Lula chegando à presidência muitos dos movimentos vão para dentro do governo, se tornam governo. (...) E, assim, lógico que está casado com uma coisa assim: “olha, você tem um projeto, você tem que defender um tipo de projeto”, por exemplo, na coisa da saúde, um projeto onde que o SUS acontecesse, onde que tivesse democratização da participação popular, então você vê oportunidade disso se efetivar, então você vai lá pra construir o projeto. (Bernadete, AP-MBH)

Contudo, o que se constatou foi que a vitória de Lula não produziu as alterações esperadas pelos movimentos sociais, tendo o governo inclusive apoiado modelos de desenvolvimento contrários a demandas democráticas desses movimentos sociais, como é o caso da reforma agrária:

aqui não projeta um governo decente, e nós hoje temos essa clareza que não é mais, não é o projeto da Reforma Agrária, é tanto que o governo hoje não acredita, o governo hoje é... é óbvio acredita no projeto do desenvolvimento pro campo, o agronegócio, essa é uma bandeira do governo. A Reforma Agrária hoje não é mais prioridade dentro desse Governo. (Edith, MST).

Dessa maneira, divergências foram construídas em relação ao governo Lula.

Segundo o entrevistado da BP:

tem muitas questões que envolvem a dificuldade de criação de unidade dentro da esquerda hoje né? [...] Uma outra dificuldade que a própria eleição do governo Lula criou de pessoas, de organizações, partidos que continuaram apoiando o projeto petista, que não, de popular não tem nada né? E de um outro campo que ficou em posição de enfrentamento ao governo Lula. Então isso criou uma cisão, uma fragmentação ainda maior. (Joviano, BP).

Apesar das divergências de movimentos sociais com o governo Lula, segundo Edith (MST) é muito difícil construir críticas ao governo:

a burguesia sabe trabalhar talvez muito bem, é difícil para nós do Movimento que já tem uma tradição de esquerda é... de fato ir contra a essa própria esquerda, a gente... ou você se alia a burguesia, que tá dentro do Estado pra manter essa ordem, quando a gente vai contra o governo a nossa análise seria dar mão à palmatória da direita. Então, assim, o capital de fato ele colocou o Presidente da República de fato com uma capacidade de controlar as massas muito bem controladas, e nós do Movimento não somos diferentes, o Movimento é feito de gente, de gente que votou no Lula (Edith, MST).

Concebemos que esse quadro político pode ser entendido a partir da compreensão de Laclau (2005) que a absorção diferencial dentro do sistema simbólico existente não é a única possibilidade à articulação de uma demanda dentro de uma cadeia equivalencial contra-hegemônica. É possível uma situação na qual a hegemonia, na tentativa de dissolver a cadeia equivalencial contra-hegemônica, articule uma cadeia de equivalência alternativa a esta, de maneira que a fronteira antagônica não desaparece, mas se borra, pois a cadeia alternativa é constituída por

demandas da cadeia contra-hegemônica e por demandas que fazem parte da hegemonia.

Nessa lógica discursiva, uma mesma demanda democrática receberia pressão de dois projetos rivais, sendo sua autonomia afetada não somente devido a sua particularidade no interior de uma cadeia discursiva, mas devido sua virtualidade equivalencial, sendo produzida uma indecisão relativa às cadeias equivalenciais alternativas, nas quais são possíveis articulações completamente distintas. Desse modo, tratar-se-ia de duas alternativas antagônicas de representação da plenitude ausente na hegemonia, ou seja, do “povo” como ator histórico, comportando o significante “povo” como um significante flutuante e não mais como o significante vazio que dava solidez e estabilidade às demandas, enfraquecendo a radicalidade da cadeia contra-hegemônica.

Aproximando o quadro político brasileiro desta compreensão de Laclau (2005), podemos conceber que o Projeto Democrático Popular, construído por Lula e pelo PT em conjunto com movimentos sociais, serviu até um dado momento como “significante vazio”, delimitando a fronteira entre esquerda e direita. A articulação do PT e de Lula com atores contrários a esta cadeia contra-hegemônica funcionou como uma artimanha da hegemonia em construir uma cadeia equivalencial alternativa ao Projeto Democrático Popular, fazendo com que significantes como “povo” e “esquerda” assumissem o lugar de significantes flutuantes.

Desse modo, o “lulismo” e outros projetos, como o Projeto Democrático para o Brasil (almejado pela Assembléia Popular) disputam a nomeação destes significantes, mas com uma peculiaridade: o PT e o Lula não se tornaram atores antagônicos aos projetos que grupos de esquerda têm buscado construir.

Assim, ainda que o PT e Lula tenham alterado suas identidades na articulação com demandas antagônicas ao Projeto Democrático Popular, movimentos sociais mantêm-se articulados a eles, o que implica um processo também de alteração das suas próprias identidades e o enfraquecimento da radicalização de suas demandas democráticas. Não é mais em torno da fronteira política construída pelo Projeto Democrático Popular que a articulação com o PT e o Lula se faz possível, mas da construída a partir “lulismo”. Nesse sentido, podemos considerar essa lógica discursiva como um aspecto importante para a reflexão na atualidade sobre os rompimentos de vínculos entre e internamente a movimentos sociais e sobre as disputas entre projetos distintos para a nomeação da “esquerda” e do “povo”.

Na última eleição presidencial (em 2014) e neste ano de 2015 podemos observar um quadro político semelhante aos anos de governo Lula: a mobilização de diferentes movimentos sociais no apoio à candidatura de Dilma Rousseff, na negação do candidato da “direita”, Aécio Neves, do PSDB. Dilma, entretanto, logo no início desse segundo mandato, nomeou para seu ministério atores políticos antagônicos a demandas de movimentos sociais que a apoiaram na eleição. Podemos citar, por exemplo, o Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, aliado a posturas neoliberais defendidas pelo programa de Aécio Neves, a Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Kátia Abreu, aliada ao agronegócio e contrária à reforma agrária.

Neste mês de agosto de 2015, a presidenta Dilma, como forma de enfrentar estratégias da direita construídas na negação ao PT e ao seu governo Dilma que visam, inclusive, seu *impeachment*, teceu elogios ao documento intitulado “Agenda Brasil”, construído pelo Senado Federal em conjunto com ministros do governo. Agenda que ataca direitos sociais como a aposentadoria e a universalidade e gratuidade do Sistema Único de Saúde. No próximo dia 20 de agosto ocorrerá uma manifestação para a qual o PT tem pedido o apoio de movimentos sociais. Cabe a pergunta: que deslocamentos discursivos e cadeias de equivalência serão possíveis construir?

### ***Movimentos sociais e estratégias de aliança***

No contexto político vivido no segundo mandato do governo Lula, entrevistados indicavam dificuldades de articulação entre demandas democráticas devido a divergências entre e internas a movimentos sociais relativas a proximidades ou afastamentos com o governo, apontadas acima. Mas, além dessas divergências, alguns entrevistados também indicaram outras decorrentes de diferenças ontológicas sobre a construção da mudança social. Ademais, foi apontado por alguns a insuficiência das estratégias institucionais de luta política e implicações dessas para o vínculo entre demandas democráticas.

Em relação às diferenças ontológicas, podemos apontar a centralidade da luta política em torno do privilégio da dimensão econômica. Por um lado, podemos observar na fala de diferentes entrevistados uma ressignificação da noção de “classe trabalhadora”, no sentido de não reduzi-la à classe operária, reconhecendo a

importância da articulação dessa com as classes populares na construção da mudança social.

Por outro lado, grupos como a BP e o MTD, ainda que defendiam essa ressignificação, mantinham a posição de privilégio da classe operária na luta política, devido os operários poderem interferir diretamente no processo produtivo em razão do lugar que ocupam no interior desse processo. Posição que possibilita-nos apontar a reafirmação da centralidade da dimensão econômica em relação a outras dimensões sociais na construção da luta política, e, assim, de um ponto de ruptura privilegiado, a priori, na concepção de mudança social. O que limitaria o caráter sobredeterminado da prática articulatória que caracteriza a lógica de equivalência.

Em torno deste aspecto é interessante considerarmos a seguinte afirmação de Laclau (1993), a qual enfatiza a contingencialidade do processo hegemônico e a inexistência de um sujeito histórico pré-determinado:

posto que toda universalidade se constrói somente através da sobredeterminação de uma série indefinida e aberta de demandas concretas, a força que haverá de encarnar estas 'universalidades relativas' é indeterminada e será somente o resultado de uma luta hegemônica. Isto é exatamente aquilo no que a política consiste. Existe aqui duas dimensões: por um lado, posto que nenhuma força é em si e por si encarnação do universal, uma 'vontade coletiva' somente consolidará sua hegemonia se conseguir apresentar-se a outros grupos como a força capaz de promover a melhor ordem social possível para assegurar e expandir uma universalidade que a transcende. A assimetria entre a 'universalidade relativa' e a força que a encarna abre, assim, a via para uma competência [*competencia*] democrática entre os grupos, já que o universal não tem medida comum com nenhuma das forças que podem momentaneamente encarná-lo. Mas, por outro lado, tampouco o 'universal' tem uma existência e um sentido fixos, a margem das forças sucessivas que o encarnam (p. 96, tradução nossa).

A entrevistada da MMM aponta dificuldades no processo de articulação entre demandas democráticas diante da compreensão por parte de alguns grupos de esquerda do privilégio ontológico da economia:

quando a gente vai fazer articulação a gente fala: 'oh! Nós estamos juntas na luta contra o capitalismo! Agora eu quero ver! a gente quer ver se vocês estão junto com a gente na luta contra o patriarcado'. E definitivamente não estão.

Inclusive há companheiros! que falam isso. Que isso não vai fazer diferença na luta contra o capital, portanto... não é... não é que se interesse. Isso é muito sério! Para gente... e é isso que a gente sempre avisa: 'olha companheiros! a gente não está aqui brincando! de ser feminista! a gente não está brincando! de construir poder popular! isso vai chegar um ponto que para gente é essencial! E a gente não vai abrir mão'.

Posições políticas que afirmem essa centralidade, a priori, do espaço político em torno da demanda de classe social, por mais que reconheçam a importância de outras demandas democráticas, acabam por reproduzir dicotomias como “lutas revolucionárias x lutas reformistas”, “velhos movimentos sociais x novos movimentos sociais”. Dicotomias estéreis, na medida em que se reconheça o caráter sobredeterminado da luta hegemônica e também, como afirma Mouffe (1988), “que os trabalhadores não podem ser reduzidos a sua posição de classe, estão inseridos em outros tipos de relações sociais que formam outras posições de sujeito” (p. 98, tradução nossa).

As divergências de posições políticas referentes à construção da mudança social e, portanto, de estratégias políticas contribuem, segundo os entrevistados, para o afastamento entre movimentos sociais, o que fomenta a construção da luta política em torno de demandas democráticas isoladas e, assim, a lógica da diferença.

Em relação à ênfase nas vias institucionais de luta, no contexto do governo Lula podemos ressaltar as Conferências de Políticas Públicas. O foco nas vias institucionais é anterior ao próprio governo Lula, remetendo-se, ao final dos anos 1980 e início dos anos 1990 com o processo de construção das ONG e de criação de estruturas governamentais. Como aponta o documento da MMM, naquele momento de queda do muro de Berlim e de implementação do neoliberalismo,

a palavra de ordem era ser propositivo, trabalhar em parceria com os governos e organismos multilaterais, colocando o estabelecimento de políticas públicas como um grande horizonte, mas sem questionar os limites dados pelo modelo de Estado vigente. Portanto, definido como ação fazer o possível, sem pretender mudanças estruturais. (Marcha Mundial das Mulheres, 2008, p. 07).

O governo Lula estabeleceu uma relação complexa entre movimentos sociais e Estado, em razão vínculo histórico do PT com movimentos sociais apontado anteriormente, e foi promotor de uma grande quantidade de Conferências de Políticas Públicas. Segundo Machado (2013), entre 2003 e 2010 foram realizadas 74

Conferências Nacionais sobre 40 temas diferentes, além das Conferências Regionais e Municipais, mobilizando pessoas e grupos que objetivavam debater temas específicos ou inserir suas especificidades em determinadas agendas políticas.

Um aspecto a se destacar referente à implicação destas vias institucionais na articulação entre demandas democráticas é a própria dinâmica de construção destas Conferências. Essas são construídas em torno de demandas particulares – Conferência para as Mulheres, Conferência LGBT, Conferência da Juventude, etc. - facilitando a absorção das demandas dos movimentos sociais por estratégias que visam a manutenção do sistema hegemônico existente, colocando à margem a divisão do espaço político ao delimitar a luta política à lógica da diferença.

Assim, se por um lado, é importante considerar que a ocupação de espaços institucionais é também decorrência da luta dos movimentos sociais e tem possibilitado conquistas parciais; por outro lado, esta estratégia dificulta a construção de vínculos entre os movimentos sociais, pois as lutas se particularizam em torno da própria dinâmica do Estado, como se observa com as Conferências, e as demandas são incorporadas isoladamente pelo Estado. Inclusive, podem nem mesmo serem incorporadas, pois, no caso de algumas Conferências, não necessariamente os resultados dessas tornam-se decisões governamentais (Feres, Silva & Lins, 2012). A BP concebem que

A multiplicação de conselhos, conferências, e fóruns temáticos criaram uma espécie de “participacionismo”, gerando a ilusão de democracia participativa. O que está colocado na verdade é uma estrutura eficiente de legitimação do regime e cooptação de movimentos sociais e lideranças políticas sob uma agenda governamental (Brigadas Populares, 2008, não paginado).

Apesar destes aspectos que contribuem para dificuldades na construção de articulações entre demandas democráticas de distintos movimentos sociais, diferentes entrevistados ressaltam que um elemento fundamental à luta política é a construção de um “projeto popular”, o qual vincularia demandas na luta contra distintos discursos de opressão. De acordo com Bernadete (entrevistada da AP-MBH), a construção do “povo” caracteriza-se por abarcar demandas de todos os sujeitos que se encontram em condição de subordinação. Como apontamos, a Assembleia Popular tinha por objetivo a aproximação entre diferentes movimentos sociais com o intuito de se construir o “Projeto Popular para o Brasil”.

A construção de um “projeto popular”, que podemos entender como a constituição de demandas populares, aparece nas entrevistas mais como um desejo do que como uma concretização da prática, ainda que alguns entrevistados apresentem o capitalismo como responsável por diferentes formas de dominação.

Na prática cotidiana da luta, os entrevistados apontam estratégias de vínculos entre movimentos sociais que não podem ser caracterizados a partir da lógica da equivalência. São estratégias constituídas a partir da identificação de um traço positivo compartilhado pelos movimentos sociais, permanecendo a luta política em torno da lógica da diferença (Laclau, 2005); ou pela absorção de demandas democráticas por um movimento social, construindo lutas conjuntas em torno destas demandas, sem que isso acarrete uma mudança na identidade do movimento, não configurando, portanto, uma articulação hegemônica (Laclau & Mouffe, 1988).

Denominamos esses vínculos por “Estratégias de Aliança” (Costa, 2010; Prado & Costa, 2011) e como exemplos podemos observar a aliança entre o MST e a BP em torno de uma ocupação de terra (ocupação Dandara) na cidade de Belo Horizonte, a partir do compartilhamento por ambos os movimentos da luta pela função social da propriedade. Aliança que, apesar de pontual, permitiu a relação entre reforma urbana e reforma agrária e a construção de um projeto de ocupação rururbano, isto é, que levasse em conta aspectos referentes às duas estratégias de luta. Outro exemplo, é a incorporação pela CUT de demandas de movimentos sociais, consideradas importantes no processo de democratização da sociedade brasileira, que não seriam originalmente e necessariamente demandas de uma central sindical: demandas dos movimentos feminista, ecológico, LGBT.

Em relação a essas estratégias de aliança, ressaltamos que, ainda que na prática destes movimentos elas não tenham proporcionado a construção de cadeias de equivalência, não são, necessariamente, opostas à articulação equivalencial. Podem ser complementares, sobretudo, no quadro político analisado de obstáculos à articulação entre demandas democráticas em torno de um projeto contra-hegemônico. Quanto a este aspecto é interessante lembrarmos a seguinte colocação de Laclau (2005) sobre a passagem de uma relação de contiguidade para uma relação de analogia:

Imaginemos um determinado bairro onde existe violência racial e as únicas forças locais capazes de organizar uma contra-ofensiva anti-racista são os sindicatos. Agora bem, em um sentido estritamente literal, a função dos

sindicatos não é lutar contra o racismo, mas negociar os salários e outras questões similares. No entanto, se a campanha anti-racista é empreendida por sindicatos, é porque existe uma relação de *contigüidade* entre as duas questões em um mesmo bairro. Uma relação de deslocamento entre termos, problemas, atores, etc. é o que se denomina, em retórica, uma metonímia. Suponhamos agora que esta conexão entre lutas anti-racistas e sindicais continua por um certo período de tempo: neste caso, vamos começar a sentir que existe um vínculo natural entre os dois tipos de luta. Assim, a relação de *contigüidade* vai começar a se converter em uma relação de *analogia*, a *metonímia* em uma *metáfora*. Este deslocamento retórico implica em três mudanças principais: Primeiro, apesar do particularismo diferencial dos tipos iniciais de lutas e demandas se está criando entre eles certa homogeneidade equivalencial. Segundo, a natureza dos sindicatos se modifica neste processo: deixam de ser a pura expressão de interesses setoriais precisos e se voltam em maior medida – se desenvolve uma variedade de articulações equivalenciais – ao ponto nodal na constituição de um “povo”. Terceiro, a palavra “sindicato” se converte no nome de uma *singularidade*, no sentido em que a temos definido antes: já não designa o nome de uma universalidade *abstrata* e se converte no nome de um agente social concreto, cuja única essência é a articulação específica de elementos heterogêneos que, mediante este nome, cristaliza uma vontade coletiva unificada (p. 140-141, tradução nossa).

Este exemplo, permite-nos conceber que estratégias de aliança podem fomentar aproximações e reaproximações entre movimentos sociais que produzam deslocamentos capazes de criar equivalências. Desse modo, ainda que não é possível determinarmos a priori, movimentos sociais podem articularem-se em torno de um projeto popular que dê sustentação a um novo significado para a “esquerda”, rompendo com as ambiguidades produzidas pelo “lulismo, que, na atualidade, contribui para o fortalecimento de demandas conservadoras no país.

### **Considerações finais**

A discussão apresentada é fruto de análises realizadas anteriormente e demonstra o caráter frutífero das noções propostas por Laclau e por Mouffe para a

análise do contexto político brasileiro, permitindo entendermos dificuldades e possibilidades na construção da luta política.

A concepção teórica desses autores é importante para o campo da psicologia política ao possibilitar-nos conceber os fenômenos políticos de maneira psicossocial, focalizando o processo de constituição dos sujeitos e de construção da luta política, e, assim, afastarmo-nos de compreensões que essencializam o indivíduo ou a ordem social. Como afirma Prado (2002), a perspectiva teórica de Laclau e de Mouffe coloca para nós como tarefa científica o político enquanto um campo de trabalho de reflexão sobre a democracia.

No terreno político caracterizado pela dissolução dos marcos de referência da certeza (Lefort, 1991), fica-nos a incerteza sobre que cadeias de equivalência serão construídas e como serão construídas. O que pudemos observar foram dificuldades na construção de articulações entre demandas democráticas de movimentos sociais distintos, mas também a luta dos diferentes grupos entrevistados pela expansão do imaginário democrático de liberdade e igualdade para todos.

## Referências

- Brigadas Populares (2008). *A linha política*. Texto aprovado no Seminário Brigadista de maio de 2008.
- Costa, F. A. (2010). *Democratização social e pluralidade de sujeitos políticos: uma leitura a partir da Teoria Democrática Radical e Plural*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Feres, C. F.; Silva, V. P. & Lins, I. L. (2012). Conferências de políticas públicas: um sistema integrado de participação e deliberação? *Revista Brasileira de Ciência Política*, 7, 249-284.
- Laclau, E. & Mouffe, C. (1985). *Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics*. London: Verso.
- Laclau, E. & Mouffe, C. (1998). Hearts, Minds and Radical Democracy. Recuperado em 14 de agosto de 2015, de <http://www.redpepper.org.uk/hearts-minds-and-radical-democracy/>
- Laclau, E. (1993). *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión
- Laclau, E. (2005). *La razón populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina
- Lefort, C. (1991). *Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Machado, F. V. (2013). *Do estatal à política: uma análise psicopolítica das relações entre o Estado e os movimentos de juventude e LGBT no Brasil (2003-2010)*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Marcha Mundial das Mulheres (2008). *Cadernos Marcha Mundial das Mulheres: número 1*. São Paulo: Publicação da Marcha Mundial das Mulheres.
- Mouffe, C. (1988). Hegemony and new political subjects: toward a new concept of democracy. In: NELSON, C.; GROSSBERG, L. (Orgs.). *Marxism and the interpretation of culture* (p. 89-104). Chicago: University of Illinois Press.
- Prado, M. A. M. & Costa, F. A. (2011). Estratégia de articulação e estratégia de aliança: possibilidades para a luta política. *Sociedade e Estado*, 26(3), 685-716.
- Prado, M. A. M. (2002). A psicologia comunitária nas Américas: o individualismo, o comunitarismo e a exclusão do político. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15(1), 201-210.